

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**129ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de dezembro de 2013.**

**PRESIDENTE: DEP. CARLOS GEILSON *AD HOC***

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

## OFÍCIOS

**Do Dep. José de Arimatéia, comunicando sua ausência da sessão no dia 18/11/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.**

**Do Dep. Marquinho Viana, comunicando sua ausência da sessão no dia 25/11/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.**

**Do Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência das sessões nos dias 04, 07, 11 e 18/11/2013 e 04 e 09/12/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.**

## PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.

Atenção Jequié! Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. EUCLIDES FERNANDES:-** Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, que muito engrandece a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e o município base fundamental política do mesmo, que é o município de Feira de Santana, Srs. Deputados, o papel da Oposição, evidentemente, é buscar acompanhar, fiscalizar a gestão orçamentária do Poder Executivo, seja nas esferas federal, estadual e municipal. Na semana passada, a Oposição nesta Casa de leis estabeleceu durante toda a sessão plenária contundentes críticas à dispensa de licitação, o modo da licitação da Secretaria da Ciência e Tecnologia, no que diz respeito à construção de um prédio que abrigará a Cige/Cemaden. Evidentemente que está na própria Constituição que o papel do parlamentar, seja federal, estadual ou vereador, é acompanhar e fiscalizar a gestão orçamentária, a gestão financeira do Poder Executivo.

Mas, Sr. Presidente, foram tão contundentes as críticas que nós, como deputado do PDT, fomos em busca de informações a S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Secretário da Ciência e Tecnologia, o deputado Paulo Câmera, para solicitar que dê esclarecimentos sobre o que realmente ocorreu, aconteceu, coisas que estão sendo vistas com determinado olhar pela Bancada da Oposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente Carlos Geilson, relatarei as informações recebidas a respeito desse procedimento da escolha da empresa que construirá o Cige/Cemaden.

(Lê) “A obra Cige/Cemaden, foi licitada pelo valor de R\$ 42 milhões, vencida pela Construtora Civil, empresa idônea, de excelente reputação, especializada em edificações privadas – residenciais e comerciais – com pouquíssima experiência em obras públicas, nas quais a empresa tem que assumir os custos iniciais da execução de medir e receber a posteriori.

Após vencer a licitação, assinar contrato e iniciar a implantação do canteiro de obras, a empresa desinteressou-se em continuar, paralisando as atividades construtivas, levando a Secretaria a abrir um processo de rescisão contratual unilateral, sempre dentro das normas legais.

Com a publicação da rescisão, foi iniciado o novo processo para construção do CIGE/CEMADEN, que tem prazo de entrega previsto para antes da Copa do Mundo. Neste sentido, optou-se por adotar o processo seletivo simplificado, que é um tipo especial de licitação, através de um procedimento público de recebimentos de propostas em sessão pública, precedida de aviso publicado no *Diário Oficial* e na imprensa, para participação de tantas quantas empresas se interessarem.”

Sr. Presidente, peço vênica a V.Ex<sup>a</sup> para terminar os nossos esclarecimentos a respeito do assunto.

Agradeço a V.Ex<sup>a</sup> pela compreensão.

(Lê) “O aviso foi publicado em 12 jornais: *Diário Oficial*, *O Globo*, *Folha de*

*São Paulo, O Estado de São Paulo, Zero Hora, Valor Econômico, Correio Pernambucano, Correio Braziliense, o Jornal do Comércio, além de A Tarde e Correio da Bahia.*

A sessão pública foi convocada no dia 21 de novembro, através de publicações, e realizada em 29 de novembro do ano em curso.

Com o recebimento das propostas na sessão pública, todos os documentos referentes ao processo seletivo simplificado foram encaminhados, mais uma vez, à Procuradoria Geral do Estado, que analisou sua regularidade e aprovou seu conteúdo, de onde se originaram as publicações do resultado do processo seletivo simplificado e da dispensa de realização da concorrência pública, dotando de legalidade o processo.

Estas providências e a utilização do processo seletivo simplificado têm como objetivo acelerar o procedimento de contratação, dentro das normas legais.

Assim, a dispensa da licitação, publicada no *D.O.*, referiu-se à dispensa das modalidades licitatórias comuns e, no plano legal, permitiu o uso deste instrumento que é o processo seletivo simplificado,..."

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

**O Sr. EUCLIDES FERNANDES:-** (Lê) "(...) economizando-se, assim, a tramitação temporal de uma concorrência pública, e, principalmente, viabilizando o prazo de entrega do CIGE/CEMADEN.

A dispensa de realização da concorrência pública não significa que não foi realizado um procedimento licitatório, mas, sim, que foi dispensada aquela modalidade de licitação e utilizado em seu lugar o processo seletivo simplificado, que foi muito mais divulgado, inclusive na internet e nos já mencionados jornais, atendendo ao interesse público e coadunando as necessidades da construção do CIGE no prazo estipulado à obrigatoriedade de austeridade, competitividade e publicidade nos gastos públicos, não havendo qualquer mácula na contratação por meio do procedimento realizado.

Cabe comentário sobre a questão da planilha de aceleração."

Se V.Ex<sup>a</sup> me permitir concluir...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex<sup>a</sup> já falou, além dos 5, mais 2 minutos, ou seja, por 7 minutos.

**O Sr. EUCLIDES FERNANDES:-** Agradeço a V.Ex<sup>a</sup> pela compreensão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mais 30 segundos para V.Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. EUCLIDES FERNANDES:-** Não é por nada que o nome de V.Ex<sup>a</sup> corre bem aqui, no meio dos deputados, como possível presidente desta Casa de Leis.

(Lê) "1. Premissa

1.1 - Valor contrato Construtora Civil: (A) 42.199.585,96

1.2 - Equipamentos de climatização e ventilação: (B) 4.382.857,23

Prazo Anterior 10 meses e Redução 6 meses"

Daí a aceleração.

(Lê) "2. Cálculo de Aceleração

2.1 Mão-de-Obra Direta (redução de 10 para 6 meses) (C) 5.589.893,16

Improdutividade (35%) 2.608.616,82

Adicional Noturno (40%) 2.981.276,36

2.2.Despesas Indiretas (D) 587.325,44

2.3 Equipamentos (E) 750.916,86

Equipamentos e Sinalização/Iluminação Noturna 750.916,86

Fica claro, portanto, que o valor citado de R\$ 53 milhões é oriundo do valor inicial de R\$ 42 milhões, tendo sido acrescido pela necessidade imperiosa do cumprimento do prazo exigido pela FIFA.

A planilha de aceleração da obra tem como objetivo caracterizar as condições de medição dos custos totais requeridos para a aceleração do prazo de execução da obra, para o cronograma novo, de 6 meses.

A obra terá que ser planejada e atacada em quatro frentes simultâneas, cada uma composta de todos os materiais e pessoal necessário, além dos recursos indiretos, dimensionados para atender a este planejamento.

Esta simultaneidade de execução das frentes de obra implica em custos adicionais de diversas naturezas, dentre as quais podemos citar:

Custos referentes a jornada noturna;

Duplicidade das despesas indiretas;

Ampliação do número de equipamentos;

Redução do número de reaproveitamentos; Redução da produtividade média;

Antecipação da mobilização de recursos para compra dos principais equipamentos e insumos;

Custos adicionais na aquisição de equipamentos pelo encurtamento do prazo de entrega.

Este modelo de planilha foi usada no projeto da Arena Fonte Nova, visando a aceleração da obra para uso do estádio na Copa das Confederações, realizada em Salvador e, pelo mesmo objetivo está sendo usada na construção do Centro Pan-americano de Judô, em Lauro de Freitas, que necessitou de antecipação da conclusão das obras, prevista para abril de 2014.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui estão os esclarecimentos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Sem comentário, V.Ex<sup>a</sup> já falou por 10 minutos.

**O Sr. EUCLIDES FERNANDES:-** Acato a decisão de V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Dou 5 minutos de tolerância a V.Ex<sup>a</sup>. V.Ex<sup>a</sup> falou exatamente 10 minutos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Gaban. Vamos dar a mesma tolerância a V.Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. GABAN:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup> Deputadas, prezado amigo, deputado Euclides Fernandes, mais corajoso até que o líder do governo, V.Ex<sup>a</sup> como líder do PDT teria que vir ler, e naturalmente não disse se concorda ou não, mas vou dar algumas explicações a V.Ex<sup>a</sup>.

A pior na vida é a gente pensar que as pessoas são mais espertas umas que as

outras, ninguém é mais esperto que o outro. Feita essa ressalva, gostaria de dizer o seguinte: o ex-deputado e atual secretário Paulo Câmara se esqueceu do que é fundamental. Primeiro, da incompetência da sua Secretaria em fazer um edital de licitação como eu havia alertado ao secretário de segurança pública, esse sim merece a minha consideração, o meu respeito por ser uma pessoa séria, correta e que gosta de tratar do dinheiro com a seriedade que ele merece. Essa é a ressalva que faço com relação ao secretário de Segurança Pública.

Com relação ao outro secretário, primeiro ele se esquece de dizer que esse edital é cheio de falhas; um linguajar que não cabe com o linguajar aplicado no Brasil, fruto de um edital elaborado por uma empresa portuguesa. Esquece-se o secretário de Ciência e Tecnologia Paulo Câmara que é falho o edital, inclusive na planilha orçamentária que ele apresentou na concorrência, que foi a única concorrente a Civil Construtora, que ganhou por 42 milhões, ele esquece que é totalmente falho que inclusive subdimensiona os aparelhos de ar condicionado. Por isso, ensejou um valor irrisório de ar condicionado para abrigar esse prédio.

Isso, o deputado Paulo Câmara se esquece de dizer. Ele esquece de dizer que o alvará para a construção do prédio, que é competência da sua Secretaria nos 4 meses em que a Civil Construtora assinou, não recebeu o alvará que deveria ter sido fornecido, segundo o edital, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação, a rede está inovando para acelerar e o preço ir lá para as cucuias.

Então, as falhas são gritantes. Digo mais: o secretário de Segurança Pública, segundo matéria publicada no jornal A Tarde, matéria por sinal bastante grande, ele foi extremamente feliz e objetivo. Primeiro, colocou uma comissão na Secretaria de Segurança Pública para analisar os custos e procedimentos que foram adotados no sentido de preservar a aplicação do dinheiro público.

E o secretário, meu caro deputado Euclides Fernandes, vai mais à frente ou vai além. Ele disse: “Não estou preocupado com o prazo. Os equipamentos que serão utilizados na Copa do Mundo têm local para serem instalados. Estou mais preocupado em preservar o dinheiro público com preço competitivo e deixar um legado para a cidade de Salvador.” Então, não tem a urgência, a inovação na aceleração para aumentar os custos. Faça o que ele quiser! Já acionei o advogado da liderança da Oposição. Estamos com uma ação civil pública pronta de improbidade administrativa, se for sancionado e aprovado esse contrato irregular feito com uma empresa desconhecida na Bahia de nome Domani, nem daqui é, é de fora. E mais, a única medida que foi feita, o único serviço previsto para fazer pela Civil Construtora já que a Secretaria é incompetente, a Secretaria de Ciência e Tecnologia Inovação nem alvará conseguiu em 4 meses: terraplanagem, instalação do canteiro de obras, gastou 450 milhões, medição feita e nenhum recurso liberado. Aí sim, deputado Euclides Fernandes, cabe uma explicação do deputado Paulo Câmara.

A Civil Construtora não está acostumada a fazer obras públicas, sabe por quê? Ela faz as obras privadas e recebe o dinheiro. Nenhum empreiteiro vai querer bancar o Estado porque se assim o fizer, ele tem que colocar o custo financeiro do empréstimo que ele vai fazer nas instituições financeiras e embutir no preço.

Estamos falando é da economicidade de preço, é de preço justo. Fez, apresentou a fatura e recebe. Nenhum empreiteiro tem condição de ficar bancando o governo do Estado. Por que não faz como ACM Neto está fazendo? Prestou o serviço, 48 horas depois do serviço atestado, faz o pagamento. Os preços da prefeitura comparados com os do governo do Estado estão lá embaixo, porque tem seriedade, tem gestão diferente do que tem a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, ele não pode na falha dele, e primeiro veio a público dizer que a empresa não tinha condições, mas omitiu de uma maneira criminoso que o edital dele é falho, a linguagem feita pela empresa de Portugal não foi nem revisada por sua equipe. Omitiu que a planilha fornecida para que a Civil preenchesse e participasse da concorrência era totalmente falha em vários itens, sobretudo no que diz respeito ao aparelho de ar condicionado. Então, dizer que a empresa que tem 50 anos de serviços prestados à Bahia, conhecida por todos os baianos, e quem trabalha no mercado imobiliário ou na construção civil do Estado... dizer que não tem condições de fazer uma obra para o Estado, é mentira. É mentira, a informação é fraudulenta.

Então, concluo, meu querido deputado Euclides Fernandes, e entendo, como líder, V.Ex<sup>a</sup> leu uma matéria feita e muito mal redigida por sinal pelo secretário Paulo Câmara, mas é obrigação de V.Ex<sup>a</sup>, e não entrou em detalhes como o líder do governo Zé Neto, que rapidamente leu alguns pontos e não entrou em detalhes porque não tem defesa o que é indefensável. Estou aguardando e confio no secretário de Segurança Pública porque na hora em que ele ver o edital falho, dispensa de licitação de uma empresa que não é da Bahia, alegando 7 milhões e meio de aceleração, que antigamente tinha um novo nome, mas com o mensalão parece que estão mudando o nome para aceleração! Desnecessária!

Vejam, conforme o próprio secretário de Segurança Pública disse quanto aos equipamentos, não há nenhuma preocupação, pois há onde abrigá-los para atender à demanda da Copa do Mundo. Se há onde abrigar, não há urgência! Se não há urgência, não há aceleração! Se não há aceleração, tem de fazer uma concorrência pública, porque, senão, entraremos na Justiça para a felicidade aliás de muitos, principalmente dos deputados do PDT desta Casa.

Usando a máquina – como se diz à boca pequena aqui na Casa, todos os deputados –, ele está construindo 40 praças no interior, invadindo o reduto de todos, utilizando recurso da secretaria para se beneficiar em sua própria campanha.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

**O Sr. GABAN:-** Com certeza absoluta, na hora em que entrarmos com a ação contra o secretário, ele terá condições de participar de um processo eleitoral. Aí, sim, será uma vaga a mais para o PDT, para aqueles que estão, efetivamente, trabalhando aqui para defender o governo como V.Ex<sup>a</sup>, deputado Euclides Fernandes, e os demais membros do PDT nesta Casa. Enquanto estão trabalhando para defender o governo, há gente trabalhando a seu serviço para tentar a sua reeleição.

São essas considerações que faço.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Gaban, V.Ex<sup>a</sup> tem 20

segundos para concluir o seu pronunciamento.

**O Sr. GABAN:-** Bem, 20 segundos? V.Ex<sup>a</sup> foi tolerante com eles! Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> está sendo rígido comigo e foi tolerante com o deputado Euclides Fernandes! Mas eu respeito V.Ex<sup>a</sup>.

Deputado Euclides Fernandes, se V.Ex<sup>a</sup> quiser voltar ao assunto, vamos. Espero ter esclarecido todos os pontos. Como V.Ex<sup>a</sup> já esteve com o secretário de Segurança Pública, gostaria de que pegasse as notas taquigráficas e as encaminhasse ao secretário Maurício que merece todo o meu carinho e todo o meu respeito. Tenho certeza absoluta de que ele está sabendo mais do que nós todos, porque, assim, está no jornal *A Tarde*.

Se equipamento não é necessário, não é necessário um processo de dispensa de licitação! O que falta à secretaria é dinheiro. Se vai jogar dinheiro fora ou jogar dinheiro da Secretaria de Segurança Pública fora em benefício de algo, sabemos para quê! Não pode! Não há urgência! Processo de licitação tem de ser feito!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

**O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):-** Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero dizer a todos que fiquei, em parte, contente com a matéria que o jornal *A Tarde* publicou ontem ao falar que Camaçari se descola de Salvador e vive um bum.

Deputada Maria Luiza Laudano, *A Tarde* implicava com Camaçari. Coloca toda a realidade. Mas, em nenhum momento, o jornal reconhece o que está fazendo Camaçari crescer, pois, em 10 anos, 80 mil novas pessoas chegaram a Camaçari. Imagine o planejamento e orçamento necessários para segurar um crescimento desse!

E o mesmo jornal não diz que tudo isso foi em função do trabalho de transformação daquela cidade feito pelo ex-prefeito Caetano e continuado pelo atual prefeito Ademar. O Polo de Camaçari foi implantado, muito valoroso, o maior polo da América Latina. Mas, deixaram a cidade para os pobres!

Quando assumimos a prefeitura de Camaçari em 2005, havia 68,9% de pobres e indigentes. O prefeito Caetano estruturou a cidade, criou equipamentos públicos de qualidade para que as pessoas e os trabalhadores do Polo sentissem vontade e condições, principalmente a nossa classe média, de morar naquele município, porque a riqueza passava por fora, ou seja, ia do Polo a Salvador. Algumas poucas coisas que temos é a nossa orla com 42 quilômetros de praias maravilhosas, mas, também, está descuidada e abandonada.

Os gestores que passaram por Camaçari, antes do ex-prefeito Caetano a partir de 2005, nunca cuidaram da cidade. Depois disso, o prefeito Caetano construiu 58 praças, derrubou todas as escolas que eram um lixo e uma vergonha e as reconstruiu. Criou a Cidade do Saber com aquele equipamento público de qualidade, em que se inclui o filho do trabalhador que passa a participar de vários projetos gratuitamente.

Houve tantas outras coisas como, por exemplo, a melhoria na saúde, ruas

pavimentadas e quase 15 mil novas residências do programa Minha Casa, Minha Vida. Agora, grandes empreendimentos, como *shoppings* e hotéis. Mas tudo isso porque há uma gestão que olha para o seu povo e que fortaleceu o seu mercado. Por isso Camaçari tem esse *boom* do crescimento e de desenvolvimento. Na época dele, só se investia no Polo e não se cuidava do restante das pessoas na cidade.

Por falar em Polo, hoje, às 9 horas, no auditório da Casa do Trabalho, a Comissão dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa fez uma audiência pública para discutir o acesso das mulheres às empresas do Polo. A mulher já tem tantos problemas, ela trabalha e tem a mesma função do homem, mas ganha menos. E agora algumas empresas do Polo, de forma muito especial a Ford, não querem mais contratar mulheres. Cerca de 200 mulheres se reuniram para pedir apoio na audiência pública, e sete empresas foram convidadas. O Cofic não se fez presente por causa do protesto que houve na BR.

Nós, juntamente com as autoridades do município e os sindicatos, entendemos que a nossa luta é por paridade. Estamos numa época em que a mulher não aceita mais ser sub-representada em canto nenhum, principalmente nessa questão do emprego.

As empresas do Polo precisam entender que também têm responsabilidade social e que a maternidade e questões biológicas que diferenciam as mulheres dos homens não podem ser obstáculos para impedir que as mulheres participem do mercado de trabalho.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputada.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Ainda tenho mais 5 minutos, ouviu, deputado?

Quero, deputado Sargento Isidório – pode ouvir? Se não, não falo! –, parabenizá-lo pelo trabalho que V.Ex<sup>a</sup> realiza na Fundação Dr. Jesus...

O Sr. Sargento Isidório:- Acabou o tempo.

O Sr. Gaban:- O tempo acabou.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Não acabou, não! Tenho 5 minutos ainda. O tempo hoje é dobrado, V.Ex<sup>a</sup> falou, por que eu não posso falar? E não procure confusão!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Luiza Maia, deputada Luiza Maia... **A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** (...) Estou falando do trabalho que o deputado Sargento Isidório...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Luiza Maia, deputada Luiza Maia, deputada Luiza Maia, peço a V.Ex<sup>a</sup> que conclua, porque o seu tempo já se esgotou.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Não, todo mundo aqui falou por 10 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Luiza Maia, deputada Luiza Maia... **A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Não adianta falar, deputado!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Luiza Maia, deputada Luiza Maia... **A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Presidente, respeite as minhas palavras...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Luiza Maia, deputada Luiza Maia, não discuta com o presidente!

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Quero dizer que o deputado Sargento Isidório...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Luiza Maia, deputada Luiza

Maia... V. Ex<sup>a</sup> não discuta com o presidente. Estou permitindo que conclua o pronunciamento. Se V.Ex<sup>a</sup> não concluir, serei obrigado a suspender o som do microfone.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Concluirei os 5 minutos. O deputado falou 5 minutos...  
O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- V.Ex<sup>a</sup> tem 30 segundos para concluir o pronunciamento.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Vamos ver, então!

Deputado Sargento Isidório, quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, porque, realmente, emociona qualquer pessoa que o visita. Digo que, hoje, sou uma militante daquela causa sua. Qualquer outro órgão que tenha coragem de fazer alguma campanha difamatória, como vimos no início deste ano, está equivocado. É necessário ir lá visitá-lo para entender o que é. Parabéns! Sei que é uma missão sua. É coisa, realmente, de uma pessoa que tem uma missão na vida. V.Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Conte com o meu apoio naquele seu empreendimento, naquele seu trabalho de pastor de centro de recuperação de drogados.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Luiza Maia, o tempo de V.Ex<sup>a</sup> já se esgotou.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Estou concluindo...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Solicito à secretaria que suspenda o som microfone da deputada Luiza Maia, por favor.

(A deputada Luiza Maia permaneceu discursando.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Luiza Maia, comigo na presidência, V.Ex<sup>a</sup> não continuará o pronunciamento.

(A deputada Luiza Maia insistiu em continuar o discurso.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- V.Ex<sup>a</sup> não concluirá, porque o microfone está sem som. O que falar aí, não haverá nenhum efeito para as notas taquigráficas. Informo isto a V.Ex<sup>a</sup>. Se quiser, logo depois inscreva-se e continuará a falar.

(A deputada Luiza Maia se retira da tribuna protestando.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr. Presidente, Srs. das Galerias, colegas da Imprensa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, no que dá a precipitação.

Na quarta-feira passada, o deputado Zé Neto subiu nesta tribuna e disse que o município de Feira de Santana tinha feito uma dispensa de licitação no valor de 6 milhões de reais para estudo do Centro de Logística e do Centro Administrativo de Feira de Santana. Ele reclamou que o município não poderia fazer esse processo de dispensa de licitação e criticou a administração do prefeito Zé Ronaldo, dizendo que tinha em mãos o decreto da dispensa de licitação. O deputado Zé Neto se precipitou, foi muito rápido, não conseguiu ler o decreto e, por isso, pisou na bola.

Deputado Zé Neto, V.Ex<sup>a</sup> é muito mal assessorado, muito mal. Tenho o decreto em mãos, e é justamente no seu artigo 5º, inciso III, deputado Zé Neto, que fica muito

claro. “Não cria por si qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração”, ou seja, é uma PPP. A empresa Oficina Brasileira de Projetos e Infraestrutura Social e Econômica vai fazer um estudo através de uma PPP, sem que o município de Feira de Santana gaste um centavo nesse estudo.

Veja, deputado Paulo Azi, o que é a precipitação, a má informação. Não vou dizer que foi má-fé do deputado, não falaria em má-fé, mas ele foi muito açodado na crítica e não leu o decreto. Pisou na bola a assessoria do deputado.

Creio que ele, muito atarantado, com muitos trabalhos, não leu o decreto. Resultado, o estudo não tem qualquer custo para o município, e o município não tem qualquer compromisso com a empresa que realiza este estudo. Que isso fique bem claro. Depois do estudo realizado, deputada Maria del Carmen, se aprovado o objeto do projeto, será aberta uma licitação normal. Vejam bem, aberta licitação para todos. Caso a empresa que realizou o estudo não ganhe a licitação, a empresa vencedora irá ressarcir os gastos da empresa que fez o estudo.

Deputado Zé Neto, que coisa feia. Um deputado da sua envergadura, um deputado Líder do governo vem falar de um decreto que não leu?! De uma PPP em que o município não gasta um centavo?! O governo de V.Ex<sup>a</sup> é que é contumaz, é especialista em dispensa de licitação. Agora mesmo dispensou 53 milhões e 500 mil reais na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Portanto, deputado, estou com o decreto em mãos e gostaria, inclusive, de passar às suas mãos, à sua assessoria, mas infelizmente V.Ex<sup>a</sup> não está presente na Casa. O decreto está para quem quiser ler, tenho aqui a cópia.

Esse estudo é importante para o centro de Logística e o Centro Administrativo de Feira de Santana, e o município não tem qualquer compromisso com a empresa Oficina Brasileira que realiza o estudo. Depois haverá uma licitação normal, se o estudo for aprovado; nessa licitação a própria Oficina Brasileira poderá concorrer. Se não ganhar na licitação, a empresa vencedora da licitação é que irá ressarcir a Oficina Brasileira sem que o município de Feira de Santana tenha um centavo sequer de prejuízo.

Esclarecidos os fatos, aquela pressa, a vontade de criticar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado Carlos Geilson.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** (...) É a vontade de atacar e de agredir que faz com que o deputado Zé Neto... Tem um velho ditado que diz assim: “Pisou no tomate e escorreu na maionese.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Eu agradeço a V.Ex<sup>a</sup>, deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Convido o deputado Carlos Brasileiro para fazer uso da palavra pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não vou falar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Na desistência, convido o nobre deputado

Elmar Nascimento para falar pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. ELMAR NASCIMENTO:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, meu caro deputado Paulo Azi, que, além de presidir esta sessão, é o presidente do nosso partido, o Democratas, cheguei a esta sessão e ouvi o primeiro orador, o deputado Euclides Fernandes, Líder do PDT, constrangido, ler uma nota de esclarecimento do secretário de ciência e tecnologia, deputado Paulo Câmara, a respeito da corrupção na Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Deputado Paulo Azi, qualquer partido tem ladrão! Ninguém está imune a passar por esse tipo de coisa, mas uma das questões que me fez escolher o Democratas, é que no nosso partido, meu caro Líder do Democratas, deputado Gaban, quando a gente pega alguém fazendo malfeito – como gosta de dizer a presidente Dilma, para não dizer roubando –, colocamos para fora! Fizemos isso com Arruda, que, à época, era o governador mais popular do Brasil; fizemos isso com Demóstenes Torres, quando era um senador de grande reputação e um dos melhores do Congresso Nacional, porque nós, do Democratas, não compactuamos com o malfeito, como diz a presidente Dilma, ou com o roubo, como entende o povo brasileiro, quando pega alguém, algum agente público ou político, desviando recursos públicos.

Assisti, aqui, o nobre deputado Euclides Fernandes, Líder do PDT, constrangido, lendo uma nota que é, meu caro deputado Paulo Azi, uma confissão do roubo a cofres públicos, confissão de desvio de dinheiro. A nota explicativa, por si só... A emenda é pior do que o soneto, porque a nota confessa o desvio, uma transgressão a todas as normas da lei 8.666 e da lei 4.320, a qual trata das licitações e da execução de obras.

Meu caro, deputado Gaban, qualquer estudante de Direito sabe, qualquer estagiário sabe, qualquer gestor que já tomou conta de recursos públicos sabe – tenho a minha frente a deputada Maria del Carmen, que já foi presidente da Conder; o deputado Carlos Brasileiro, que foi prefeito de Senhor do Bonfim; a deputada Maria Luiza Laudano, que foi prefeita de Pojuca – que, quando se faz uma licitação pública e a empresa desiste – não há nada dizendo o contrário, pois a empresa diz que não desistiu –, é preciso chamar a segunda colocada para, pelo preço da primeira colocada, executar a obra, e assim sucessivamente! Se a licitação ficar deserta, porque ninguém quis executar a obra pelo preço da primeira empresa vencedora da licitação, aí, sim, cancela-se a licitação para fazer uma nova modalidade licitatória.

O secretário é tão analfabeto que compara uma licitação com a questão da Arena Fonte Nova, querendo comprometer, inclusive, o governador, dizendo que ele também... Eu quero ver essa planilha da Fonte Nova, porque disse o secretário Paulo Câmara que o governador já utilizou a taxa de aceleração de obra na Arena Fonte Nova. Lá é diferente, secretário, é uma PPP. Não foi licitação, mas uma PPP. Mas, ainda sim, são recursos que o Estado vai pagar, mesmo que ao longo de 15 anos. Não cabe essa taxa de aceleração. Teremos que pedir, aqui, essa planilha de execução da obra da Fonte Nova, porque o secretário Paulo Câmara afirmou na sua nota de esclarecimento que copiou o modelo da licitação da Fonte Nova e que lá já existiu a

tal da taxa de aceleração de obra. Pasmem, a planilha que ele apresenta não diz nada, deputado Paulo Azi. Nada! Diz que 35% do custo do operário, porque terá de trabalhar à noite, aumenta. Você conversa com qualquer empreiteiro, e ele diz que é o contrário: quando há recursos, quanto mais rápido você consegue executar, menor é o custo. O secretário Paulo Câmara inventou um novo modelo de licitação.

Eu quero, deputado Gaban, fazer minhas as suas palavras. Isentar, pelas palavras e pelo pronunciamento, o secretário da Segurança Pública neste episódio. Só há um equívoco - mas ele não era o secretário na época -: mandaram prender o comandante da Polícia Militar quando o pegaram roubando, e agora pegam o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação roubando em flagrante e não mandam prender. É réu confesso! Está aqui! A nota explicativa é uma peça de confissão de crime! E não mandam prender?!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado Elmar Nascimento.

**O Sr. ELMAR NASCIMENTO:-** A partir de agora, deputado Gaban, temos de impetrar um processo por crime de responsabilidade contra o governador porque ele está sendo leniente. Estamos denunciando, e S.Exa. sabe o que está acontecendo.

Devemos acompanhar a execução financeira, uma vez que o governo teima em não cancelar essa obra com a nova modalidade inventada pelo secretário Paulo Câmara, e remeter ao Ministério Público porque, se depender do governo, nenhuma providência será tomada. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a anuência dos Líderes Partidários, vou prorrogar a sessão por 20 minutos para que todos os oradores inscritos possam fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de cinco minutos.

**O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup>. Deputadas, Srs. e Sr<sup>as</sup> das Galerias, autoridades que nos escutam nesta Nação, Srs. da imprensa, a Bíblia Sagrada nos revela que (Lê) *“Estando cheios de toda iniquidade, prostituição, malícia, avareza, maldade; cheios de inveja, homicídio, contenda, engano, malignidade;*

*Sendo murmuradores, detratores, aborrecedores de Deus, injuriadores, soberbos, preguiçosos, inventores de males, desobedientes aos pais e às mães;*

*Néscios, infiéis nos contratos, sem afeição natural, irreconciliáveis, sem misericórdia;*

*Os quais, conhecendo a justiça de Deus (que são dignos de morte os que tais coisas praticam), não somente as fazem, mas também consentem aos que fazem.”*

Aqui é a palavra de Deus, de que faço uso para falar sobre a imoralidade do homossexualismo em nossa Nação e do lesbianismo que vem se espalhando. Uma prática inaceitável, biblicamente falando.

Faço questão de dizer, Sr. Presidente, que não tenho nada contra os gays e as lésbicas. Mas, conforme a palavra de Deus, sou contra as práticas nojentas, imundas,

abomináveis, desrespeitosas, infames e torpes deles, que estão invadindo a mídia e toda a imprensa.

Tenho em minhas mãos uma foto que parece uma pérola: são duas mulheres se agarrando e se beijando. Tudo isso acontece em locais onde se encontram casais heterossexuais, reconhecidos pelas Igrejas Católica e Evangélica e pelos cristãos em todo o mundo.

Nós, pais de família, temos de suportar tais abominações, tais práticas indesejáveis que não convêm com o que diz a Bíblia. Agora vemos nas principais páginas de jornais e revistas duas mulheres se amassando, se beijando e lambendo-se, lembrando-nos um casal de cobras. Quando vemos um homem se agachar a ponto de se humilhar a outro, conforme a Bíblia, eles lembram um casal de animais irracionais.

Eu não me calarei. Eu posso ser cassado, posso perder o meu mandato, se faltarem, e eu sei que não faltarão, homens honrados no Parlamento baiano e no Parlamento brasileiro, mas nós temos, também, o nosso direito de falar.

Ainda esta semana, a Arena Fonte Nova teve um dos seus banheiros interditados, Srs. Deputados, porque lá dentro havia um casal de homossexuais praticando seu sexo imundo, que deveria ser feito no fundo de seu quintal, no seu sanitário, que é o local apropriado para a nojeira. Eles estavam lá, e os seguranças, ao vê-los, receberam de seus superiores a orientação de que o banheiro fosse fechado, que ficasse interditado por um momento enquanto o tal casal, que mais parece um casal de cobras, praticava seus atos indecentes, com certeza, sexo com coliformes fecais.

Não podemos admitir tanta molequeira, não podemos admitir tanta falta de vergonha, sob pena de vermos nossos filhos desencaminhados, nossas filhas desencaminhadas. Volto a dizer o que aprendi com os antigos: homem com homem dá lobisomem; mulher com mulher dá jacaré. Quero ver casamento de mulher com mulher se uma delas fica grávida uma da outra. Fora disso, se precisar de parceiro de fora, sexo feito com dedo de borracha, é vergonhoso para uma Nação de políticos que se respeitam.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

**O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:-** Para concluir, Sr. Presidente, quero pedir à presidente da República, aos senadores, ao Congresso, que tomem providências urgentes, sob pena de desgastarmos nossa Nação, que já está sendo destruída por enchentes e tornados. Vejam como Lajedinho já está pagando o preço dessa imoralidade, o mesmo ocorre no Rio de Janeiro e em tantos outros lugares desta Nação onde não havia esses fatos que estão acontecendo por causa dessa imoralidade. A presidente Dilma precisa tomar providência, mandando ao Congresso um plebiscito para que o povo do Brasil decida se quer respeitar, como família, casal de homem com homem. Se quer chamar de família um casal de mulher com mulher.

Para mim, até o presente momento, mesmo que custe a minha liberdade, isso é falta de vergonha, imundície, demônio na cabeça deles e delas.

Se Deus tivesse feito o homem para casar com outro, não faria Adão e Eva, teria feito Adão e Ivo.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.  
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos. **O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Meu querido deputado Paulo Azi, que preside esta sessão, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, imprensa, visitantes, quero dizer que esta semana estive participando de várias atividades de comemoração de aniversário de algumas cidades. Fui a Coaraci, onde, junto com a prefeita Josefina, comemoramos 61 anos de emancipação política daquele município.

Logo depois, descendo a ladeira, passei pela cidade de Itajuípe para fazer uma visita a minha amiga Si Dantas e aos vereadores que resistem a uma administração que, na realidade, não condiz com os anseios da população. Fomos lá conversar um pouco e comemorar, na solidão da falta de ações daquela cidade, os 61 anos de sua emancipação política.

Em seguida., fui a Uruçuca comemorar com o meu querido Marcelo Dantas, vice-prefeito, os 61 anos de emancipação política do município de Uruçuca que, também, precisa ter um olhar mais apurado, por parte do governo do estado, para aquela cidade, pois ela já foi, sem dúvida alguma, uma das cidades mais importantes na produção de cacau daquela região e, hoje, passa por uma redução de população e uma redução de produtividade daquilo que foi uma renda para o desenvolvimento da Bahia no século passado.

Meu querido Paulo Azi, eu ouvi o deputado Pastor Sargento Isidório falar da Arena Fonte Nova. Eu, sempre, fui um crítico daquele equipamento por entender que o mesmo está mal localizado. Eu não aprovaria, naquele local, uma reforma de um equipamento daquela envergadura.

Vejam, não acho que Salvador precisava de um equipamento naquele formato. A Arena Fonte Nova atendeu a 3 jogos da Copa das Confederações e vai atender a mais 2 ou 3 na Copa do Mundo. Depois, a Arena ficará solicitando que o Bahia ou o Vitória jogue para que possa pagar os custos e ficará tentando atrair a área de entretenimento para aquele local.

Acho que se tivesse sido melhor planejado, aquele equipamento deveria ser construído em outra área da cidade, porque é um local não adaptado a esse tipo de atividade, no centro da cidade, onde se tem dificuldade de estacionamento. Agora, a cada evento existente naquele equipamento, fecham-se as ruas, deputada Maria del Carmen. A população já fez diversas manifestações, porque qualquer jogo ou qualquer atividade, na Arena Fonte Nova, fecha aquela frente.

Eu pedirei o projeto original, porque me disseram que, no projeto original, havia um mergulhão na entrada para evitar que houvesse problemas de segurança. Esse mergulhão não foi feito. Não sei se houve mudança no projeto para que retirasse esse suposto mergulhão que me informaram que existia. Com isso, em todo dia de evento, fecha a área. E quando a população, que mora naquele local, quer transitar para chegar às suas casas, é uma dificuldade muito grande. Fiz um apelo ao secretário

do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia e ao prefeito da cidade de Salvador. Mas, até então, continua este mesmo transtorno para aquela população.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Eu vou ao limite, qual seja, pedir juridicamente – já que administrativamente não conseguimos – para atender à população que fica prejudicada todas as vezes em que há evento na Arena Fonte Nova. Será preciso ter isso todas as vezes em que houver evento, porque, caso não tenha, o governo do estado – parece-me –, pelo contrato, bancará aquilo ali. Isso é um prejuízo para o Estado baiano. Eu não concordo que o Estado baiano tenha esse prejuízo se não tiver um equipamento funcionando e que possa ter um resultado para cumprir as metas definidas contratualmente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>, deputado Rosemberg. Concedo a palavra à deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> MARIA DEL CARMEN:-** Deputado Paulo Azi e presidente desta sessão ordinária, vice-presidente desta Casa, Sr<sup>a</sup> Deputada, Srs. Deputados, nossas taquígrafas, funcionários desta Casa que nos acompanham, *TV Assembleia*, Srs. das Galerias Paulo Jackson, eu venho a esta tribuna para parabenizar o Sindicato dos Vigilantes e a Federação dos Sindicatos dos Vigilantes que acabaram por conquistar mais um item de uma luta de tanto tempo: os 30% da periculosidade.

Esta categoria, tão valorosa, está em todos os locais públicos. Eles nos protegem na maioria das vezes. Em todos os locais que estamos, os vigilantes fazem a nossa proteção. E, em uma das reuniões que tivemos, vi o depoimento de uma vigilante que dizia que as pessoas entram e saem, passam na frente dos vigilantes, mas é como se estes não existissem. Elas não são capazes de um bom-dia! É como se eles fossem um móvel ou fizessem parte do mobiliário do local onde trabalham. Só que, na verdade, estão na defesa e na preservação da segurança.

Quando estava na presidência da Conder, saía muito tarde. A primeira pessoa que eu encontrava ao entrar era o vigilante. E a última que eu via ao sair era também ele, que defendia a minha integridade e igualmente a do patrimônio público.

Portanto, quero saudar essa categoria tão valorosa que na última sexta-feira - agradecendo ao Senhor do Bonfim pela religiosidade da maioria ou duma parcela dela e de outras mais que não professam da mesma fé, mas acreditam do mesmo jeito em algo maior - estive numa caminhada do Largo da Calçada até a Igreja do Bonfim. Na oportunidade, eles aproveitaram para reivindicar vários outros direitos e necessidades da classe, além de denunciarem diversos fatos.

Entre essas reivindicações que vêm sendo feitas, queremos aproveitar para dizer que foi colocado e solicitado na ocasião um projeto de lei da minha autoria, o PL nº 19.414/2011, deputado Carlos Brasileiro, que preside a Liderança do governo neste momento aqui no Plenário. Essa matéria já foi debatida por nós e é uma proposta do Sindicato dos Vigilantes. Foi aprovada lá em Brasília, no Distrito

Federal, pelo ex-deputado federal hoje distrital Chico Vigilante, garantindo o provisionamento dos direitos trabalhistas não só dos vigilantes, mas também de todos aqueles outros terceirizados de diversas empresas terceirizadas.

Aqui na Bahia foi apelidado de projeto anticalote, porque infelizmente é o que temos visto em empresas de vigilância que não cumprem seus deveres. Mas não só nelas, pois algumas outras da área de limpeza particular ou pública e muitas vezes da de serviços gerais terceirizados igualmente não cumprem com suas obrigações. Elas recebem a parcela que corresponde àquela rescisória, a qual engloba o 13º, as férias. Mas esses recursos, em vez de ficarem provisionados para no momento adequado serem utilizados para pagar o direito dos trabalhadores, são usados por essas empresas como se delas fossem. Enfim, são apropriados por elas. E, como o Estado é corresponsável nesse processo, acaba tendo de pagar pela segunda vez esses mesmos recursos.

Mas esse projeto de lei estabelece que esses recursos que o Estado repassará às empresas de segurança ou de prestação de serviços estarão depositados em conta à parte para fazer frente aos direitos dos trabalhadores. Portanto, se for aprovado nesta Casa, será um grande avanço não só para eles como também na defesa do patrimônio estatal, já que o Estado posteriormente é obrigado a fazer tal repasse.

Diversos órgãos federais já estão adotando essa alternativa. O projeto já foi debatido com a Secretaria da Administração e a Procuradoria Geral do Estado. Então, está pronto para ser votado. Portanto, vimos em nome dos Sindicatos dos Vigilantes e dos Trabalhadores em Limpeza Pública ou na Prestação de Serviços pedir que ele seja aprovado com a maior brevidade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Carlos Geilson:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Pela ordem o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Começo dizendo que lamento profundamente pelo deputado Euclides Fernandes, sobre cujos ombros caiu nesta tarde a responsabilidade de subir à tribuna e fazer a defesa do que não tem defesa, do secretário Paulo Câmara.

Lamento, porque o deputado Euclides Fernandes é um dos brilhantes parlamentares desta Casa, assíduo nas comissões, deputado que tem traquejo no Plenário, participa de atividades intensas no interior do Estado, e, de repente, é jogada em suas mãos uma verdadeira “batata quente” e ele teve que esmiuçá-la no relatório mandado pelo secretário Paulo Câmara, que, em vez de esclarecer, complicou ainda mais, deixa-nos mais dúvidas ainda e a certeza de que o governador Jaques Wagner precisa posicionar-se.

O Líder do governo, deputado Zé Neto, não deve insistir nessa causa. É uma causa natimorta, não vai prosperar. Houve algum malfeito, não sei se de má intenção ou na boa-fé, se o secretário Paulo Câmara foi traído na sua boa-fé, mas a coisa, cada vez mais que mexe e remexe exala um mau cheiro insuportável, não é? É necessário que o secretário Paulo Câmara procure um outro caminho ou peça a sua exoneração

do governo Jaques Wagner. Tenho a impressão de que esta é a vontade do governador, a de demitir o secretário Paulo Câmara. E ele não deve esperar isso, mesmo que tenha que cortar na própria carne.

Sr. Presidente, peço uma verificação de quórum para a continuidade da sessão nesta segunda-feira, para que os deputados que estão nos seus gabinetes permaneçam estudando os projetos que serão analisados, debatidos e votados na sessão de amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a presença de seis parlamentares no Plenário neste momento não há número regimental para a continuidade da presente sessão e, por isso mesmo, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*